

II

Cristianismo e Política

A Igreja e a Política

(I)

A missão específica da Igreja é de ordem religiosa. Esta é irreduzível à ordem política. Numa, o homem aparece como *pessoa*; na outra, como *indivíduo*. Aquela responde ao problema das relações do Homem com Deus; esta — ao das relações dos homens entre si. Ali, trata-se da finalidade do Homem, considerado em si mesmo, independentemente do condicionalismo histórico, como sujeito de direitos e deveres formalmente idênticos; aqui, quer-se encontrar o sentido da pluralidade, o valor da História.

Todo o indivíduo pode ser olhado como pessoa. Na complexa engrenagem da vida social, sendo a ordem qualitativa inversa da quantitativa, cada elemento tem mais valor que o todo. A Política trabalha com seres religiosos.

Mas toda a pessoa pode ser olhada como indivíduo. Na alta esfera em que o Homem comunga com Deus, ele não está presente como ser social,

mas nem por isso perde a condição de parte duma totalidade. A Religião trata com seres políticos.

É assim que o problema religioso, cuja formulação é de todo alheia ao facto social, vem a ser um dos problemas da Sociedade; e é também assim que o problema político, que só pelo facto social tem sentido, cai na alçada da personalidade. Não que o problema religioso se reduza às dimensões da História, nem que o problema político atinja proporções absolutas. Mas, na viva unidade do homem, os dois planos interceptam-se numa linha comum.

Foi reconhecendo esta real conjunção que Cristo fundou a Igreja, entregando a uma Sociedade perfeitamente organizada o sagrado poder de relacionar o humano com o divino. Ao longo dos tempos, rebelam-se todos os «espirituais» contra o que se lhes afigura uma prisão indigna do Espírito. Recusam-se a considerar a realidade da condição humana. O Humanismo cristão é transsocial. Eles exigem um Humanismo associativo. Jesus Cristo foi menos exigente: confiou o *Espírito* a um *Corpo*. A fundação da Igreja testemunha uma atitude profundamente humanista: na intenção e no conteúdo. Sendo o homem um ser social, é através de uma sociedade que todos os problemas humanos têm de ser resolvidos. A Sociedade eclesiástica fez-se para resolver o problema religioso, como a Sociedade civil se organiza para a solução do problema político. É fácil de ver por que não pode o primeiro desses problemas resolver-se através da Sociedade civil. Para que o Homem se divinize não basta que se sucedam os homens e os seus esforços

se coordenem: é necessário que um elemento divino intervenha como *fermento*.

Assim se manifesta a necessidade da Igreja: necessária como poder divino — para que o Homem seja assimilado a Deus; necessária como organização social — porque é a seres sociais que se destina.

Mas, sendo embora Sociedade perfeita, não se julgue que a Igreja vem substituir-se à Sociedade civil. Não é a ela que compete a Política. Tem a Igreja, é certo, problemas internos de estrutura, que qualquer Sociedade tem de encarar. Tem de organizar-se de maneira que o maior número de homens participe o mais possível na Redenção. Mas as formas que reveste têm apenas este fim. Trata-se de fazer descer até aos homens os dons de Deus, que a Teologia exprime pela palavra *Graça*. Toda a Igreja é como um Sacramento: usando símbolos naturais, transmite o sobrenatural.

Não é isto o que se passa com a Sociedade Civil. Conforme o ensino tomista, o homem só estará plenamente realizado quando a História chegar à sua última linha. É só nesse momento, por igual, que a obra redentora (ou seja: a solução do problema religioso) ficará consumada.

Quer dizer que todo o desenvolvimento da vida social não representa mais que o *crescimento* da humanidade segundo a lei interna da própria natureza, de modo que chegue o dia em que ela esteja integralmente pronta para a eterna comunhão com Deus. Este *processo* intrínseco não deve ser obra directa dum princípio exterior a ela. Por palavras diferentes diríamos o mesmo se disséssemos que

esse processo pertence à Criação divina e não à divina Redenção.

Sendo a Igreja a sociedade redentora, não lhe compete continuar a Criação divina. Para mais, embora a Religião seja uma constante da História, não o é a Redenção, iniciada quando já tinham corrido séculos e séculos de vida humana. Assim se compreende e explica que à Igreja não pertença a tarefa política.

Mas é necessário que a Política de algum modo se lhe subordine. Se a obra redentora nada mais fosse que uma restauração da natureza decaída, não seria, em dignidade e em interesse humanístico, superior à vida social em quanto cooperante com o Criador. Mas a Redenção consiste em sobrenaturalizar o Homem. Porque assim é, a missão da Igreja é claramente superior à missão do Estado (tomando Estado como a mais perfeita expressão da sociedade civil).

E não se julgue ser essa uma superioridade sem consequências, meramente abstracta. Tanto a sociedade eclesiástica como a sociedade civil se dirigem ao Homem, e as missões de ambas definem o Humanismo. Para que este seja harmónico e não disforme, é pois indispensável que o inferior se ordene ao superior, que o *político* se ordene ao *religioso*, que o *civil* se ordene ao *eclesiástico* — para que a obra redentora possa cumprir-se.

Mas uma coisa é *harmonia* (neste caso necessariamente hierárquica); outra, muito diferente, é *confusão*. Exactamente para que no Humanismo o plano religioso integre superiormente os outros planos (entre os quais o político), é indispensável

o respeito pela fórmula evangélica: «Dai a César o que é de César e a Deus o que é Deus».

Desta natural repartição de planos derivará — pode dizer-se automaticamente — a harmonia dos problemas e a unidade das soluções.

(II)

Pela própria essência da sua missão, a Igreja só pode ter, na Política, uma acção dinamizadora. Ao alto, ela ergue sobre todas as cabeças a divisa mais audaciosa.

Proclamam uns o ideal da plena felicidade terrena, ideal rotundo como um ventre bem alimentado; e há quem se enamore deste ideal materialista, admirando a Audácia onde, o que está, é afinal, o pesado Burguesismo. Acendem outros o reclame da Liberdade, soltando homens como quem solta pombos para os abater a tiro; ainda por aí se perdem, tontos de todo, os apaixonados do anúncio luminoso; gostam de ver a prestigiosa palavra a brilhar, generosa, sobre as multidões esfomeadas; tudo perdoam aos governantes que a mandam acender todas as noites como num rito da civilização. Ultrapassando a mediocridade, outros levantam a forte realidade da Nação, para que toda a Política se lhe ordene como a supremo, inultrapassável fim; em fileiras cerradas, vão oferecer ao Estado não só tudo o que têm, mas tudo quanto são. Belo e forte, o *Absoluto* aí está: é a Terra e o Sangue.

Mas o *Absoluto*, na pujança das suas energias, em pleno auge de glória, quebra as asas de encontro a outro *Absoluto*: uma multidão de *Absolutos* mostra o relativo das Nações.

É no meio deste entrechoque de ideais que a Igreja levanta o seu. E o seu ideal, por essência, é o ousado entre ousados. A obra redentora só tem por termo a divinização do Homem. É por isso que a missão eclesiástica não se confunde com a Política. Mas é exactamente por isso que a Igreja tem, aí, um papel de grandeza única. O Homem, cuja criação a Política continua, é o mesmo Homem que a Igreja, redimindo, diviniza.

O homem não pode ter mais que um ideal supremo. Sacudindo o torpor sensorial, dirige-lhe a Igreja o seu apelo ousado: homem, se queres ser homem, deixa que Deus te divinize! Quem aceitar este desafio tem de pô-lo, sòzinho, na primeira linha das suas preocupações.

Conquista a Terra! — grita a Política económica. *Ama a Liberdade!* — entoia a Política abstracta. *Entrega-te ao Estado!* — proclama a Política estatista. Qualquer que seja o apelo aceite, nenhum é da mesma ordem deste outro: *sê divino!* Ter a Terra nas mãos; cantar a Liberdade; servir a Nação — tudo são accidentes, atitudes. Divinizar-se — isso é substancial.

Só num caso haveria paralelismo entre aqueles ideais e este: no caso absurdo em que o primeiro deles pudesse significar — «transforma-te na Terra!»; o segundo — «transforma-te na Liberdade!»; o último — «transforma-te no Estado!» E é axio-

mático deverem todos os objectivos accidentais subordinar-se ao objectivo substancial (1).

Há, porém, uma dúvida: será necessário ter um objectivo substancial? A dúvida desaparece quando reflectimos sobre o verdadeiro sentido de qualquer ideal humano. A sólida posse da Terra, o suave idílio da Liberdade, a total submissão ao Estado — tudo isso que os políticos decretam, é pelo Homem que o decretam, é para o Homem que o desejam. Quando, em esforço de boa reflexão, procuram mostrar o critério dos seus programas, é no próprio Homem que os políticos pensam; nem outro fundamento poderiam encontrar.

Logo, se nem sempre os homens têm para si um ideal substancial, só duas hipóteses podem explicar a anomalia: ou o têm inconscientemente, ou julgam substancial o accidental. Pois importa que passem do obscuro para o claro, ou do erro para a verdade...

Mas não se deverá supor que só um objectivo absoluto é possível para o Homem: aquele que a Igreja formula. Seria errado supô-lo, porque a divinizadora Redenção começou quando já era longa e larga a história da humanidade. Antes dela, o ideal do Homem só podia ser este: *faz-te perfeitamente homem!* Mas a Ordem Nova, em toda a parte aonde se estende, substituiu este ideal da pura natureza pelo da sobrenatureza. Não o des-

(1) A terminologia que desde aqui se usa até ao fim do capítulo seria obscura se não viesse a seguir ao parágrafo anterior, em que o *accidental* e o *substancial* dos ideais em confronto creio que se esclarecem suficientemente.

trói, porque não faz emudecer nenhuma voz natural. Mas tira-o do lugar de honra, que ocupava.

Desde então, o supremo ideal humano é, de direito, o ideal redentor. E, na ordem dos factos, é o mesmo que dizer: tudo se legitima no seu lugar adequado. «Apropria-te da Terra!»; «ama a Liberdade!»; «faz de ti mesmo doação ao Estado!» — deixam de ser ideais antagónicos, para se associarem a caminho do Absoluto. Na sua humilde relatividade encontram a legitimidade. (Só na ordem da Redenção se compreende e pode efectivar aquela antiga palavra: «A Justiça e a Paz oscularam-se.»)

* * *

Íamos ficar por aqui. Seja lícito, porém, pôr outra vez em foco o papel dinamizador da Igreja para com a Política. Aquele que, por essência, é o ideal dos ideais, o fim supremo, o integrador de todos os planos — o ideal redentor — é por si mesmo fonte de Progresso. E é por isso mesmo que não posso senão estranhar que alguns católicos reivindicuem como brazão de armas o belo título de *progressivos*. Levantando a cerviz e enchendo a voz, crêem, ao tempo em que se louvam, lançar a nódoa da inferioridade sobre os seus irmãos de Fé que não se dão aquele título. Ora, assim aplicado como atributo de católico, esse título parece só ser susceptível de um de três significados:

a) Pertence à essência de católico. Então, «sou católico progressivo» equivale a esta fórmula: «sou católico, mas daqueles que acreditam na Redenção», ou ainda «sou homem, mas dos racionais.»

— 52 —

b) Tem o sentido racionalista, laico e mundano: Então, «sou católico progressivo» é o mesmo que: «sou católico; mas estou integrado na ordem naturalista, pertença à ordem prè-redentora, creio no progresso do Homem sem a Igreja».

c) Tem um sentido novo, algo como o nome dum partido; — e é como quem dissesse: «sou católico, mas não um católico qualquer; o próprio Catolicismo só se completa pela fusão com o meu ideal».

Em qualquer dos casos, melhor seria que entre católicos deixasse de se ouvir esse rumor, para bem da unidade de espírito, que deve reinar entre aqueles que professam a mesma Fé. Evidentemente, qualquer católico é livre para tomar, em Política, a posição que julgue harmonizar-se melhor com a sua religião. Mas não é livre para tomar essas posições em nome do Evangelho. E é a isto que, desgraçadamente, temos assistido. Urge proclamar e efectivar a grande unidade católica.

— 53 —

A Política dos Católicos

Pode o católico fazer política?

O problema é bem antigo. Já Tertuliano o formulava com acuidade, concluindo aliás pela negativa. Para ele, o católico, cujo reino não é deste mundo, deve quanto possível colocar-se absolutamente à parte da vida social. Lembremos que o fogaço e nem sempre razoável apologeta vivia num Estado pagão. Pergunta com razão um autor: qual seria a atitude de Tertuliano se o Império estivesse já oficialmente cristianizado? A resposta, dado o carácter extremista do grande escritor, não é muito fácil de dar. Mas a opinião de Tertuliano tem pequeno interesse prático, porque ele foi sempre, dentro da Igreja, um caso à parte, que um dia, dolorosamente, a Igreja veria tomar os caminhos da heresia.

É aliás conhecida a atitude oficial da Igreja, definida pelos últimos Pontífices e, entre nós, pelo Episcopado português. A Igreja Católica não toma posição na Política, porque transcende tudo quanto for apenas deste mundo. Mesmo no dia em que

todos os católicos fossem monárquicos, a Igreja nunca o poderia ser — não porque a doutrina monárquica repugne à Igreja, mas sim porque a Igreja foi instituída para a solução de outros problemas. Aquela circunstância seria apenas uma coincidência. É evidente que o mesmo se daria com qualquer doutrina política, com a agravante de que algumas delas se baseiam em princípios que a Igreja condena.

A Igreja Católica não pode ter política: a sua essência é muito outra.

E no entanto, são homens que a compõem. Nesses homens, em cada um desses homens, cruzam-se dois planos: a Sociedade sobrenatural e a Sociedade natural. Como a Igreja, também o homem, na sua integridade pessoal, tem um destino ultraterreno. Defini-lo como *animal político* é não esgotar a sua realidade. Ele é o *animal religioso*. Sendo assim, também ele não pode entregar-se todo ao problema político. A Política não é proporcional à sua verdadeira essência.

Sem embargo, há uma clara diferença — neste campo — entre a Igreja e o homem. E é esta: a Igreja foi criada para o homem, e foi-o como o meio de ele cumprir o seu destino religioso. Mas, porque o homem não é apenas religioso, a Igreja não basta ao homem. Por isso ele vive em sociedade civil.

Quer dizer: há no homem um plano superior em que o sentido religioso domina; nesse, todo o papel pertence à Igreja. Há também nele um plano inferior (sem que esta inferioridade signifique baixaza); esse é o plano em que domina o sentido político-económico.

Porque assim é, o homem pode e deve tomar atitudes que não pertence à Igreja tomar. Isto é: ao homem, como ser político que é, cumpre definir a sua posição em face dos problemas políticos. À Igreja, sociedade sobrenatural, não cumpre tomar lugar nesses problemas.

Sendo assim, o membro da Igreja deve, como membro da sociedade civil, tomar partido (o que nem sempre quer dizer: inscrever-se num partido).

Mas dir-se-á que estou a defender um Cristianismo «de sacristia», só para uso interno, alumiado a velas de cera, incapaz de suportar o clima forte da vida... Na Igreja, religioso... Fora da Igreja, político...

De modo algum! Dá-se no homem o que em geral se dá com todos os organismos, mas nele com uma perfeição muito particular. O homem é uma síntese de muitos elementos diversos, todos eles congregados em volta de um foco central, que é como o lar da habitação comum. Analiticamente, o homem é uma multidão de coisas: heterogénio. Sinteticamente, ele é unidade pessoal: homogénio. Religioso para um lado; político para outro, profissional para outro — eis um homem quebrado, dissolvido. O homem é um só.

Ora esta unidade é fruto de uma hierarquia interna. A síntese sai de uma ordenação de planos. Para uma definição que não seja apenas delimitadora, mas, digamos, absoluta, temos de tomar o homem pelo seu elemento mais alto. Se o definirmos como animal racional, têmo-lo limitado; no sentido etimológico, definimo-lo. Mas se lhe chamarmos animal religioso, teremos dito sobre ele o mais que se pode dizer. Ora, assim como esta definição é a

mais alta síntese dos conhecimentos que temos acerca do homem, assim o homem deve estar todo ele hierarquizado em ordem a esse elemento supremo da sua natureza. Se assim não for, a unidade pessoal não será perfeita — porque não respeitará a integridade da natureza humana. Equivale isto a dizer que nenhum acto humano deve ficar da parte de fora dessa síntese perfeita que tem como fecho de abóbada o carácter religioso do homem. A homogeneidade pessoal exige que todos esses actos, todas essas atitudes, tenham a marca da grandeza humana. Em nenhuma circunstância o homem deve agir como se nada tivesse com o mundo ultraterreno.

Para isso, para que toda a sua vida seja *enformada* por um princípio capaz de equivaler à sua essência íntegra, tem o homem de tomar consciência desse princípio, compreendê-lo intensamente, descobrir-lhe todas as consequências práticas, fazer dele, verdadeiramente, a regra da sua vida.

É a Igreja Católica que cabe, por vontade divina, a missão de conduzir os homens ao seu destino religioso, associando-os à vida do único Homem perfeito que pisou a Terra — Jesus, o Ungido, substancialmente *Cristo*. Essa missão cumpre-se pelo insuflar, na vida individual, daquele princípio unificante que há-de desabrochar na síntese perfeita. Compete à Igreja definir ao homem o seu caminho, e por ele guiá-lo até à consumação da Personalidade. E, como o homem não tem vários caminhos mas apenas um só — uma vez que é uno —, o rumo que a Igreja indica e cuidadosamente ajuda a percorrer, é de facto o único rumo do católico. Todo o homem que o for, em espírito e verdade,

em qualquer sector da sua vida não deixará de o ser. Porque a sua personalidade imbuiu-se de Cristianismo, no dia em que o seu natural carácter religioso tomou a forma católica.

Imbuido de Cristianismo, enformado pelo seu carácter de cristão, esse homem tem a sua vida; é casado — tem uma família a dirigir; é comerciante — tem os seus negócios a tratar; é português — interessam-lhe os destinos da sua Pátria. Em todos estes aspectos, deve conduzir-se como católico, para que a sua unidade pessoal não sofra fraccionamento.

E no entanto (considerando o problema político), a Igreja não lhe diz: sê monárquico; ou: sê republicano. Mas ordena-lhe: não sejas comunista. A Igreja não é inimiga daqueles dois regimes; é inimiga deste. E não é difícil compreender porquê. O Comunismo pretende ser uma explicação total do Mundo e da Vida: fala em termos filosóficos, antes de falar em termos políticos. Procura ser, como mística materialista, o substituto da Religião. Recolhe as vozes da Terra sem lhes perceber o sentido. É um sistema fechado. Arranca o homem ao seu natural destino, e faz com que a sua aspiração religiosa, naturalmente erguida para o Além, reflua sobre a Terra, atribuindo à vida terrena todo o valor da Vida. Todos sabemos que nem a doutrina monárquica nem a doutrina republicana se arrogam tamanho papel.

Não quer isto dizer, no entanto, que a Igreja se limite a condenar o Comunismo — ou qualquer sistema que tome uma atitude semelhante — como foi o caso do Racismo. Não. Há um grande número de problemas sociais — e portanto de algum modo

políticos — em que a posição do católico é orientada pela Igreja, depende do seu catolicismo. Por exemplo: todas as questões que se prendem com a Justiça, como são as das relações entre patrões e operários. Mas a Igreja não tem que organizar o sistema dessas relações: dá apenas os fundamentos morais, sem os quais corre risco o destino religioso do homem, que a ela cumpre defender. Não falando já da questão da liberdade religiosa, cujo interesse é demasiado evidente.

Em todas estas questões o católico tem a sua palavra a dizer. Como cidadão, tem esse direito. Como católico, tem esse dever. Não é exagerar. É evidente que esse dever não inclui para todos iguais responsabilidades. Essas dependem da sua capacidade e da sua influência. Mas, na medida das suas possibilidades, nenhum católico se pode furtar a tomar atitudes de católico, nos problemas que não se podem resolver sem partir de princípios religiosos — ou da sua negação. Se a posição por ele assumida não for enformada pelo Catolicismo, é óbvio estar a faltar à coerência que deve existir entre os princípios e as atitudes.

Considerámos até aqui as questões em que está em litígio a doutrina católica. Mas a Igreja não é apenas uma doutrina, nem apenas uma Religião. Como Sociedade que é, vive entre os homens e sofre as vicissitudes humanas. Vinda da Eternidade, toda ela voltada para a Eternidade, nem por isso deixa de ser da Terra. Na sua alta missão, toda espiritual, está sujeita a leis materiais. Todos os seus meios de acção, mesmo os mais sobrenaturais, revestem-se de formas naturais. A Liturgia, que é

a própria intimidade da vida eclesiástica, é visível a todos os olhos. O Apostolado — transbordar da vida católica plena — não se pode fazer sem certos meios materiais. Tudo na Igreja tem um lado sensível. Ela continua o mistério da Incarnação do Verbo. Com o Espírito, há na Igreja o Facto, sujeito às condições do contingente.

Daqui deriva que há problemas indiferentes ao *espírito*, que podem não o ser ao *facto*. E efectivamente nem sempre o são.

A questão de regime, por exemplo, pode revestir, muitas vezes, um interesse não suspeitado. E isto porque também os ideais políticos sofrem, como a Igreja, o contacto da Ideia com as coisas e os homens. Indiferente, a questão de regime? — Certamente. (Note-se que aqui se trata só do ponto de vista católico). E no entanto há momentos em que o conjunto de circunstâncias que rodeia os sistemas em si, pode tornar preferível à vida da Igreja um dos regimes opostos. Eles são servidos por homens, homens que ordinariamente têm as suas ideias em problemas muito diferentes do problema político. É claro que, uma vez no Poder, os homens (até insensivelmente) orientam a sua acção por esses princípios gerais que lhes dão sentido ao pensamento e à vida. As ideias não andam isoladas: são eminentemente associativas... Assim se formam, em volta de doutrinas puramente políticas, sistemas mais ou menos fechados, que constituem as Ideologias.

Quer dizer: à vida da Igreja, às possibilidades da sua actuação efectiva, nem sempre é indiferente a questão prática do regime ou sistema político. Sempre que assim aconteça, é manifesta a obriga-

ção, que incumbe aos católicos, de escolher segundo os interesses da Igreja. Interesses temporais? Mas quem não vê que a acção espiritual está presa, neste mundo, a um condicionalismo material?

Nem neste caso, porém, a Igreja toma posição no problema político. Aos católicos cumpre escolher — em consciência.

Uma vez observado este cuidado, que é um dever para com a sua Igreja, é claro que o católico tem plena liberdade de escolha, e pode servir dedicadamente o seu ideal político. Em toda a sua acção, porém, na qual constantemente se põem occasionais problemas de Moral, é obrigado a seguir os ditames da sua consciência — uma consciência a que o Cristianismo deve ter dado uma pureza austera.

Penso que é esta uma das formas de resumir o muito que haveria a dizer sobre este problema — repito: sem pretensão a novidade, uma vez que a doutrina está definida por quem de direito.

O Homem Integral

Já por mais de uma vez me permiti apontar o perigo que corremos, a tentação que nos espreita, a nós, monárquicos, de demasiadamente ligar ou mesmo confundir a causa de Deus com a causa do Rei. Hoje, ao contrário, queria pedir aos meus camaradas — e especialmente aos mais novos, que ainda não caíram no erro de dar por concluída a sua formação — queria-lhes propor que intimamente relacionassem, decididamente harmonizassem a sua condição de realistas e a sua condição de católicos. Por um lado, não confundir os planos; por outro, hierarquizá-los.

Não é minha intenção, neste momento, entrar, ou reentrar, no ponto fulcral da problemática humanista: as relações da Política com a Religião. Pisando um chão mais familiar (mas nem por tão próximo mais explorado), eu viria apenas reflectir uns instantes sobre uma questão de ordem eminentemente prática, em si mesma alheia à Filosofia Política: sendo nós monárquicos, como deve ser o nosso Catolicismo? Ou antes (para não imaginar-

mos sequer diversas espécies do Catolicismo único): como devemos corresponder ao Ideal Cristão?

O problema, como se está a ver, não é mais que um caso particular daquele que a Teologia é instante e constante em focar: cada católico é chamado a uma perfeição própria, aquela justamente que é condicionada e de algum modo esboçada pela sua particular posição neste mundo. Se a Graça não destrói a natureza, mas a confirma, eleva e transfigura, não há dois Santos iguais. Porque a «natureza» a que a Graça se dirige não é apenas aquilo a que, em abstracto, se chama a «natureza humana»; mais do que isso, é a maneira de ser de cada homem concreto, aquilo que cada um é, por herança ou legítima escolha. É com o «concreto» da nossa existência que Deus conta: para nos santificar, como para nos julgar. A profissão que se exerce, o meio em que se vive, a educação que se recebeu, o grau e a qualidade de inteligência, o estado (matrimonial, sacerdotal...) que se escolheu — nada disso é indiferente à santidade, tudo isso é susceptível de significado eterno.

Se, à luz da Fé, é plenamente legítimo ser monárquico, essa qualidade há-de ser (quanto no homem cabe) factor de santificação. Longe de nós a presunção de que é intrinsecamente por sermos monárquicos que poderemos atingir a santidade. Não se amesquinha ou empobrece a nossa convicção «política» pelo facto de sabermos e afirmarmos que, perante a Religião e a Moral, é tão legítimo (ao menos «em tese») ser monárquico como ser republicano. Para o republicano, também a sua po-

sição política é chamada a desempenhar algum papel no drama da santificação própria; na terminologia que usei há pouco, essa qualidade deverá ser factor de santificação.

Há, para monárquicos e republicanos, uma idêntica utilização moral da posição política respectiva: serem deveras, coerentemente, sacrificadamente, mas também «proporcionadamente», aquilo que pensam ser. Esta é, de resto, a norma de valorização comum a todas as posições humanas. Para além dela, desdobra-se o vasto campo de interpretação da consciência política e da consciência religiosa. Já aí, entrando em jogo o conteúdo doutrinar, fica para trás, como menos valiosa, a unidade formal.

Como é que o meu monarquismo vai projectar-se no meu catolicismo? Uma coisa, antes de tudo, importa: que ele não vá, por deformada visão dos problemas, desvirtuar ou iludir algo de essencialmente católico! Seria lamentável, por exemplo, que o princípio monárquico da hierarquia social apagasse aos nossos olhos o princípio cristão da igualdade fundamental de todos os homens perante Deus. Há pois um primeiro cuidado de ordem negativa a exercitar, e esse cuidado está na linha do Cristianismo das Catacumbas, que se ilustrou de Mártires para distinguir a Religião, da Política. Mas vem depois todo um trabalho positivo: saber aproveitar aqueles elementos da visão monárquica que formalmente ou materialmente coincidem com a visão católica, para que em nós triunfe o Catolicismo.

A nossa convicção política da necessidade de *um* chefe supremo desperta ou aviva em nós a crença em um só Criador. E, quando dizemos, em termos políticos, que o chefe único deve ser *originário*, não eleito, podemos auxiliar (mero processo psíquico, sem nada de lógica teológica) a nossa fé num Deus que é nosso Pai.

Para a unidade dos Católicos na vida da cidade (1)

I — A DESUNIÃO DOS CATÓLICOS NA VIDA PÚBLICA

I — O *facto*: Não há que gastar tempo a demonstrá-lo: os Católicos Portugueses, logo que saem da Igreja — quer dizer: para além dos Dogmas da Fé, dos princípios da Moral revelada e das formas essenciaes do Culto —, entram em crise de desunião. Na vida pública, quer nos aspectos sociais quer nos culturais, raramente se encontram para cooperar. Ou se desconhecem, ou se combatem. Quando mesmo não chega a romper-se a Caridade, este fundamento essencial da unidade torna-se tão longínquo, que tudo se passa na vida activa e na vida intelectual como se a Caridade fosse apenas a sombra de Cristo e não a sua pre-

(1) Em colaboração com Afonso Botelho e Gastão da Cunha Ferreira, a cuja amizade devo a autorização para incluir este estudo no presente volume.

sença dinamizadora. Mais ainda: uns aos outros se acusam, os Católicos, de estarem a ferir, na sua actuação temporal, o corpo ou o espírito da própria Igreja.

A gravidade do facto não deve perturbar a razão nem, muito menos, fazer vacilar a Fé. Deve, ao invés, abrir caminho à reflexão, para o duplo esforço de iluminar a zona obscura em que se entrecrocavam as posições, e de pôr a descoberto o terreno comum dos católicos, o património que a todos é dado fruir e defender como coherdeiros.

2 — *Suas causas:*

a) *Erros na concepção da Igreja.*

O primeiro esforço de reflexão leva-nos, antes de tudo, ao encontro de profundos erros na concepção da Igreja, nascidos do pensamento pagão e subtilmente infiltrados na alma cristã.

Sem pretender uma exposição sistemática, apenas indicaremos, em leve apontamento, três erros fundamentais: — I) — Conceber a Igreja como associação fortuita de indivíduos vagamente inspirados pelo Espírito, coincidentes numa mesma posição ideológica, apenas unidos para o louvor a Deus; — II) Conceber a Igreja como grupo comprometido e incrustado na vida pública, destinado a ter nas mãos a chave da Política, como um vasto grupo de opinião, certamente inspirado por altos princípios, mas não menos que os outros sujeito às fraquezas humanas; em lugar de deixar, confiadamente, agir a Providência, guia da História, e a própria força intrínseca da Catolicidade, cuja presença no Mundo é eficaz em tudo o que é humano, mesmo sem as intervenções efémeras dos Católicos;

— III) Conceber a Igreja de tal modo confinada no plano religioso, que por nenhum título e em nenhuma medida possa figurar no plano social; erro em que são convergentes o naturalismo que se julga perfeito e um certo angelismo para o qual toda a ordem política é indigna de receber o contacto da Igreja.

b) *Erros na concepção do Homem.*

Além destes desvios na inteligência de o que é a Igreja, é ainda possível encontrar, à raiz da divisão dos Católicos, erros que se referem à concepção do Homem. Em breve esboço, temos: — I) O Homem, na unidade da perspectiva histórica, tomado como o Absoluto, cuja lei interna se procura formular como se fosse o Verbo, de modo que o processo da História é tomado como o desvendar do Mistério; deste modo a Providência, ao menos como lei transcendente, é de todo negada, e, quando se admite ainda a verdade religiosa, ela aparece confundida com o Progresso; neste totalitarismo da História, a inteligência lança-se num caminho que não lhe convém: torna-se profética; e os homens julgam-se donos do futuro; — II) Despojar o conjunto dos homens dos seus valores essenciais, para concentrar todos estes em homens singulares ou em leis abstractas, às quais se atribui toda a dinâmica da História; o culto do poder instala-se nas consciências, que ficam cegas para tudo quanto é anterior à soberania; o Estado absorve o Homem; — III) Receber o passado, não como herança a valorizar, mas como lei da vida presente e causa exemplar do futuro; tomar a humanidade sem o

seu processo de crescimento; *mineralizar* o que é vivo.

São estes os tipos a que parece legítimo reduzir a pluralidade dos erros que trazem desunidos os Católicos.

II — FUNDAMENTOS DA UNIDADE

Importa agora buscar, por um novo esforço de reflexão, os fundamentos da unidade.

1 — *Unidade Natural.*

a) *Na origem dos indivíduos:* Antes de tudo recordemos a nossa origem comum; existe entre os indivíduos uma unidade bio-psíquica: somos da espécie humana; este facto absolutamente radical faz-nos a todos, queiramos ou não, colaboradores uns dos outros: andamos a construir, pedra a pedra, a própria Humanidade.

b) *Na origem da Sociedade:* Mas não apenas isto. Porque a História não é obra de indivíduos isolados, mas de homens ligados pelo nexó social. E esse nexó não nos prende porque o tenhamos procurado: está na origem da humanidade, é a própria forma da História. O laço social não estabelece entre os homens apenas uma união de tipo físico ou espacial (que é a consequência imediata de ser um nexó); institui também entre os homens uma unidade de destino, visto que é no tempo que se vai realizando. A ligação não é estática: é dinâ-

mica. Persegue um fim. O nexu social é pois o natural poder que nos é dado de atingirmos em comum a nossa finalidade. E o nome de Poder, intimamente ligado à sociabilidade, é-o exactamente porque o mais profundo carácter da sociedade é possibilitar que cumpramos o nosso fim. A sociedade existe para o homem; mas para que o homem tenha o poder de tornar-se semelhante a Deus. Deste modo, portanto, não é da sociedade que deriva o poder; mas é do poder que deriva a sociedade. Não cuidamos aqui do poder-consequência, que se chama «soberania», mas do poder-originário, o qual, sempre ligado ao seu Autor, deve guardar o nome de «autoridade». Esse poder que vem de Deus é pròpriamente o que define o sentido da História, porque faz que a imagem de Deus, participação formal, se aproxime da semelhança, única participação real nos atributos divinos (além da qual se estende ainda, já por efeito da Religião Revelada, a participação real da própria essência do Pai, que nos faz seus filhos). O poder, repetimos, não vem da sociedade (o que nada tem com as teorias sobre a designação dos governantes). E porque assim é, encontramos igualmente a caracterizar qualquer sociedade natural (a Família, antes de tudo, e a Pátria) e não o encontramos — mas a sua sombra — nas sociedades constituídas por acordo de vontades. Encontramo-lo, na Família ou na Pátria, incarnado em pessoas que dele são missionárias e que por isso mesmo estão «constituídas em autoridade» e de algum modo se podem definir por esse «estado», radicalmente diverso da simples profissão, porque implica toda a personalidade. E é sempre unitiva

a missão do poder: ir realizando, — num plano inferior mas paralelo ao da Providência —, através e por meio da diversidade dos homens, a unidade do Homem.

Conclusão:

Unidos por comum origem quer como individuos quer como órgãos do corpo social, quando a vida nos separa há que apelar para a fonte, renovando, pela meditação e por obras, a unidade natural, que não podemos destruir mas apenas atraíçoar.

2 — Unidade Sobrenatural:

Vimos os fundamentos naturais da unidade. São eles o argumento indestrutível da união de todos os homens, qualquer que seja a religião que professem. (Certo é que, nalguns aspectos, o que foi dito parece ser conquista do Cristianismo. Diremos, no entanto, que ao Cristianismo o que a razão humana deve é a liberdade de exercer-se rectamente sobre o que é natural. O que ele revela são as verdades sobrenaturais, não as verdades naturais. Mas liberta a inteligência da sua própria degradação).

Para além das bases da unidade natural, entram-se as raízes sobrenaturais da unidade católica.

a) *Na Igreja, sociedade sobrenatural:* Não somos apenas «inspirados do Espírito», individualmente chamados para o louvor a Deus. Somos filhos da Igreja, que nos deu à luz na água baptismal, nos alimenta com os sacramentos, nos instrue com o Dogma, nos educa com a Moral, para nos assimilar a Cristo, seu Esposo. Essa Igreja não está a ser

criada a cada momento pelo ajuntamento dos cristãos: é uma realidade institucional, uma fundação divina, com substancialidade própria, *uma forma* da qual nós vamos sendo a sucessiva *matéria*. O Templo é a sua imagem adequada — no qual entramos como em edifício prè-existente a nós.

Essa Igreja que nos fez cristãos é uma Sociedade para a qual só se entra *nascendo*, «nascendo de novo», ou seja: à maneira da entrada na sociedade familiar e na sociedade pátria, e não à maneira da entrada para uma sociedade artificial; só adquirindo uma *nova natureza* (a natureza divina participada).

É no seio da Igreja que Deus nos gera para seus filhos. É pois em sociedade que somos irmãos em sobrenatureza. O nexu social que nos une, também aqui se ordena e nos ordena para um fim. A fraternidade católica não é um princípio teórico; é uma realidade capaz de acção — é uma *natureza*. E porque essa natureza divina participada, sendo-nos sobrenatural, nada vai extinguir do que nos é natural, toda a nossa natureza tem de ordenar-se àquela, em integração hierárquica. Quer dizer: não é indifferente, para a vida sobrenatural que a Igreja sacramentalmente nos infunde, o caminho que siga a vida natural. E isto, não apenas quanto ao individuo: também quanto à sociedade. Porque, sendo a própria Igreja uma sociedade, a ela deve de algum modo ordenar-se a sociedade civil.

Daqui se deduz que a Igreja tem o direito e o dever — a missão — de estar presente na vida da Cidade. Mas deduz-se também que essa presença deve ser à maneira da presença de Deus, Causa primeira, no actuar das causas segundas: uma pre-

sença eminente, que não se substitui ao que, embora inferior, não deixa de estar no Plano divino.

b) *Em Cristo, Redentor de cada homem*: No corpo da Igreja, que nos faz irmãos, circula o Sangue de Cristo. Pelo seu Espírito, pela sua própria presença eucarística, pelo valor infinito dos seus méritos, é Cristo que nos vai afeiçoando a Si e em Si nos vai tornando semelhantes ao Pai. Esse trabalho divino é operado integralmente no seio da Igreja, pois nada a pode separar de Cristo, mas pode no entanto olhar-se por um prisma diferente. Cristo é aquele que, tendo morrido por amor de todos, teria sido capaz de morrer por um só. É aquele cujo olhar divino fixa o *individual* para nunca mais o perder, mesmo quando o *colectivo* o absorve. É o grande formador da pessoa humana, para a qual fundou a própria Igreja.

Ora a personalidade é um todo uno, é a unidade integradora da pluralidade. À primeira vista, dir-se-ia que Cristo vem desfazer a unidade pessoal, ou impedi-la, ao introduzir o elemento sobrenatural. Parece que toda a homogeneidade se quebra e o homem fica heterogéneo, dividido contra si próprio...

Mas a homogeneidade da pessoa humana fora quebrada pelo pecado original, que lançou a desarmonia entre o corpo e a alma. A Redenção veio restabelecer a harmonia, e restabelecê-la «mais maravilhosa» que o acto criador a estabelecera. O princípio enformador da personalidade passou a ser, para o cristão, a natureza divina participada. Ao carácter indelével de filhos de Deus pela graça baptismal é que pertence a ordenação suprema dos outros elementos da personalidade.

Quando, pois, o cristão entra na vida pública, nenhum dos seus actos-humanos há-de ficar de fora da síntese pessoal operada pela sobrenatureza.

Essa intervenção do católico na vida da Cidade não é feita por ser católico, mas por ser cidadão. E no entanto o conteúdo dessa intervenção, a *palavra* que o católico tem a pronunciar, se não lhe é ditada pela Fé, tem de harmonizar-se com esta. Nenhum valor político pode legitimamente ferir um valor religioso.

Temos, portanto, que, por caminhos vários, que a consciência livremente elege, todos nós, católicos, na medida em que o somos, estamos de facto, não apenas a coincidir em posições doutrinárias, mas realmente a colaborar uns com os outros para que nada, na vida da Cidade humana, deixe de ser integrável na Cidade de Deus.

Conclusão:

A todos nós, homens, foi oferecida, em «novo e eterno testamento», sob uma forma potencial que a Igreja actualiza, a virtude redentora do Verbo Incarnado. Se a todos é oferecida a Redenção, em nós, católicos, ela se vai tornando efectiva, porque a aceitamos da Igreja-Mãe. Este privilégio é-nos entregue em comunidade, e em comum o devemos fruir.

A obra da Igreja (que é pròpriamente a dádiva da Redenção, cujos tesouros lhe foram confiados) é uma obra essencialmente renovadora. Renova a virtude redentora do Sacrifício de Cristo; renova, por meio dele, a própria natureza humana. Integra na Igreja, toda a acção dos católicos há-de ser renovadora. Mas para isso importa que a reno-

vação tenha início dentro de cada um de nós e que, por aproximações sucessivas, todos demos as mãos para avançar ao encontro do mesmo bem.

Não se pretenda traçar o quadro monótono e inviável da uniformidade das intervenções dos católicos na vida pública. Não é para a uniformidade que Cristo nos convida, mas para a unidade na liberdade.

Ele próprio nos legou o mais alto exemplo de liberdade, ao aceitar o Sacrifício na plenitude da inteligência e da vontade.

Não é para a uniformidade que devemos tender; mas, ao renovar, pela meditação e pela acção, o contacto com a fonte original da natureza e da sobrenatureza, é impossível que não se faça obra de unidade.